



CF

Ata n.º 7/2025

----- No dia vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e cinco, realizou-se nas instalações da Junta de Freguesia de Pousos, a sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, presidida por Cláudia Alexandra Faustino Ferreira. -----

----- Pelas vinte e uma horas e vinte e quatro minutos, havendo quórum a Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes, e deu início à sessão. -----

----- A Presidente da Assembleia passou ao período de audição do público. Não tendo havido nenhum pedido de intervenção, passou para o período antes da ordem de trabalhos dando a palavra aos Membros da Assembleia de Freguesia. -----

----- Carla Rente (PSD) cumprimentou todos os presentes, e dirigiu algumas questões ao Presidente do Executivo:-----

1- Questionou se o Executivo analisa a documentação da Assembleia de Freguesia, porque na folha de presenças da última sessão da Assembleia, faltava o nome de um Membro. A D. Isabel só se apercebeu do lapso porque o Membro acrescentou o nome à mão, e pediu de imediato desculpa. -----

2- Questionou qual o dia e hora que o Presidente está no atendimento? E porque não foi dada essa informação formalmente à Assembleia e aos Fregueses? -----

3- Questionou se o Presidente do Executivo está a assumir o cargo a tempo inteiro? Se o está a partilhar com alguém? Se sim, com quem? -----

4- Qual o endereço eletrónico e contacto telefónico do Presidente do Executivo? -----

5- Pediu esclarecimento sobre o ponto 27 e 28 da ordem de trabalhos da reunião de Câmara de 15-11-2025, acerca da cessação por denúncia do acordo de cooperação do serviço de atendimento e acompanhamento social com o Centro Social a Paroquial Paulo VI e da cessação do acordo por denúncia com a ADESBA. Qual o motivo da cessação do acordo de cooperação com o SAAS? Qual o destino dos 7 Técnicos Superiores afetos a este serviço, que durante vários anos trabalharam eficazmente no apoio aos Fregueses? Qual a reorganização prevista para 2026 por parte da União de Freguesias? -----

6- De acordo com o noticiado na comunicação social, estava previsto abrir em setembro de 2024 na Barreira, o Centro de Alojamento e Emergência Social de Leiria. Neste momento a obra ainda se encontra a decorrer, segundo a Câmara Municipal devido a alterações impostas pela Segurança Social. Recordou que esta obra com o custo de 377.000,00€, foi financiada com fundos comunitários, já devia estar de portas abertas e ainda não está. -----

- Questionou que medidas adicionais tem tomado esta Junta de Freguesia, para determinar



a conclusão desta obra que é de extrema necessidade social. -----

- Questionou qual a entidade que vai gerir o CAES- Centro de Acolhimento e Emergência Social? -----

7- Denunciou o elevado estado de degradação do edifício do Mercado das Cortes, que em dias de chuva entra água pelo telhado, situação que não é digna nem para os vendedores nem para os utilizadores. Questionou que intervenção está prevista para melhorar as condições de utilização, daquele espaço? -----

8- Voltou a questionar, para quando o melhoramento dos ramais de saneamento e a requalificação da estrada de São Romão? Esta rua está em péssimas condições e tem levado a constantes reclamações dos Moradores locais. -----

9- Questionou se a União de Freguesias conhecia do défice financeiro da Escola Profissional de Leiria? E que medidas tomaram para evitar a alienação do património? A União de Freguesias doou 1.500,00€ à Escola Profissional de Leiria, valor que consideram irrisório perante a utilidade pública e o orçamento disponível da União de Freguesias. Questionou que entidade irá adquirir este bem? Qual a sua missão e visão? Perguntou ao Presidente do Executivo, se não devida ter feito um apelo na sessão da Assembleia Municipal e votado contra esta alienação, para de se manter fiel aos Fregueses que o elegeram? -----

A Bancada do PSD da Assembleia de Freguesia, manifestou o seu desagrado à decisão de alienação deste património educacional e social, que coloca em causa a formação de tantos jovens. -----

----- A Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Presidente do Executivo para responder à interveniente. -----

----- O Presidente do Executivo cumprimentou os presentes, e respondeu ponto a ponto às questões que lhe foram dirigidas: -----

1- Informou que o Executivo prepara e analisa todos os documentos que são enviadas para a Assembleia, que se tratou de um lapso e agradece a compreensão de todos. -----

2- Informou que os dias e locais de atendimento foram amplamente divulgados e que tem recebido muitas pessoas em todos os locais de atendimento. -----

3- Esclareceu que desempenha funções a tempo inteiro. -----

4- Informou que mantém número de telefone do Presidente da Junta de Freguesia, também já conhecido publicamente. -----

5- Sobre o serviço do SAAS, pediu à Secretária do Executivo para responder. -----

A Secretária do Executivo esclareceu, que a União de Freguesias não recebeu nenhuma informação formal sobre a cessão do acordo de cooperação do Serviços de Atendimento



CA

e Acompanhamento Social, e que também foram surpreendidos com a notícia. Informou ainda que vão reunir com a Câmara Municipal para averiguar a situação. -----

6- Sobre a abertura do Centro de Alojamento e Emergência Social na Freguesia da Barreira, a Secretária do Executivo informou que pela informação que recebeu da Câmara Municipal, a abertura do espaço está para breve, aguardam algumas licenças a nível estatal. -----

7- Sobre o Mercado das Cortes, o Presidente do Executivo confirmou o estado debilitado da infraestrutura, e informou que aguardam a melhoria das condições climatéricas para subirem à cobertura em segurança e limpar as caleiras. -----

8- Sobre a Escola Profissional, informou que nos últimos 8 anos tem representado a União das Freguesias no Conselho Geral daquela instituição, e que nos últimos anos se tem falado sobre a viabilidade da instituição. A situação atual deve-se a uma imposição do Governo, que verificou que legalmente não podem continuar a financiar a fundação, e se assim for a escola terá de ser vendida.-----

----- Paulo Dias (CH) questionou se será só por falta de 15% do financiamento, que coloca em causa a continuidade da escola?-----

----- O Presidente do Executivo respondeu a Paulo Dias, que sim, que a falta dos 15% do financiamento coloca em causa a funcionalidade da escola. Tem-se colocado a possibilidade de a Câmara Municipal financiar esses 15%, mas por questões legais também não o podem fazer. -----

----- Sandra Gago (PSD) disse que este assunto foi falado na última Assembleia Municipal, e que há dois anos se sabe que faltam os 15% de financiamento, e assim sendo, por que razão ninguém tentou durante este tempo captar financiamento suficiente para a permanência da escola?-----

----- O Presidente do Executivo respondeu a Sandra Gago, que desconhece se houve a tentativa de captar financiamento, porque sempre se equacionou que o Governo Central ia continuar a financiar a escola. Uma das coisas a fazer é alterar o estatuto de Fundação de natureza pública, para Fundação de natureza privada. -----

----- Tiago Santos (PS) ressaltou que a Câmara Municipal de Leiria, há cerca de um ano, tentou alterar o estatuto de fundação de interesse público para privado, porque se assim fosse, o financiamento do 15% já era legal. -----

----- O Presidente do Executivo ainda em resposta a Carla Rente, explicou que a requalificação de ruas pode ser feita de duas maneiras, diretamente pela Câmara Municipal ou pela Junta de Freguesia através de Contratos Interadministrativos propostos pela Câmara Municipal. Confirmou que a estrada em São Romão está muito danificada, mas a



sua requalificação está a cargo direto da Câmara Municipal. -----

----- Sem mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia sugeriu que o Executivo logo que tenha informação sobre os assuntos ainda em curso, dê conhecimento à Assembleia. -----

----- A Presidente da Assembleia passou para o período da ordem do dia, e deu conta da falta justificada, com pedido de substituição de Cristina Isabel Gaspar dos Santos (PSD). Em substituição de Cristina Santos, esteve presente Gonçalo José Ribeiro Pereira, que por ser a sua primeira sessão, a Presidente da Assembleia chamou para fazer o compromisso de honra. -----

----- Gonçalo José Ribeiro Pereira (PSD) leu e assinou o seu compromisso de honra.

----- A Presidente da Assembleia deu conta da proposta do Executivo, para o Voto de Pesar pelo falecimento de João Quinta Bernardes, do Restaurante Jota, da Barreira. -----

----- A Presidente da Assembleia colocou a votação a proposta, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- Depois de ouvida a proposta do Voto de Pesar a João Quinta Bernardes (apenso a esta ata), foi cumprido um minuto de silêncio.-----

----- **Ponto 1: Leitura, apreciação e votação da Ata n.º 6/2025.**-----

----- A Presidente da Assembleia de Freguesia pediu a dispensa da leitura da ata por esta ter sido enviada previamente a todos os Membros da Assembleia. Sem objecção colocou-a a apreciação. Não tendo havido nenhum pedido de intervenção, a Ata n.º 6 foi colocada a votação, e foi aprovada por maioria, com as abstenções de Tiago Roda (PS) e Gonçalo Pereira (PSD), por não terem estado presentes na sessão a que se refere a Ata. -

----- **Ponto 2: Apreciação da atividade e da situação financeira da União de Freguesias, no período de 1 de setembro a 30 de novembro de 2025.**-----

----- Aurélio Silva (PSD) recordou que na Assembleia do passado dia 30 de setembro manifestou a preocupação da Bancada do PSD, com a evolução das obras do Centro Cultural dos Pousos, tendo feito a seguinte intervenção: “Atendendo às constantes derrapagens e atrasos, observando a taxa de execução da obra, é expectável que esta se venha a concluir efetivamente em fevereiro de 2026 ou é de esperar nova prorrogação de prazo?” Naquela Assembleia foi assumido pelo Presidente em funções que a empresa estimava concluir a obra na data prevista. -----

Ficou surpreendido por ver que o prazo de conclusão apresentado nos relatórios de setembro e outubro, foi revogado, tendo no relatório n.º 35 de novembro passado a constar nova data, 31/07/2026. Com isto questionou a quem deve ser atribuída a responsabilidade destas constantes alterações? De que forma poderá este Executivo proteger-se e tomar



CF

medidas que visem indemnizações futuras por incumprimento? Como é afetada a entidade SAMP, com quem foi elaborado um contrato de comodato que permitiria à entidade apresentar candidaturas e planear atividades, com esta nova alteração? -----

Concluiu que é urgente que o poder político local dê um exemplo de exigência, transparência e cumprimento de prazos, que passem uma imagem de responsabilidade para a comunidade. -----

----- O Presidente do Executivo confirmou que tem havido atrasos na obra, e que no momento a data prevista para o seu término é julho de 2026. Justificou que o atraso na conclusão da obra, se deve à incapacidade da empresa em cumprir os prazos e devido a alguns pormenores técnicos que a empresa fiscalizadora detetou e que precisam de ser corrigidos. Informou que a SAMP levou à obra técnicos que analisaram as necessidades técnicas e está a conseguir gerir os atrasos da obra. -----

----- Filipa Porém (IL) cumprimentou os presentes, e frisou que a Iniciativa Liberal se foca na eficiência da gestão pública e vai de encontro à intervenção do Colega Aurélio. É alarmante constatar que entre relatório de outubro e novembro, a previsão de conclusão resvalou subitamente de fevereiro para julho. É um atraso de 5 meses, e um indicador da falta de controlo sobre o cronograma e manifestamente incompatível com uma obra desta dimensão. Enquanto liberais com consciência social, lembram que cada mês de atraso não é apenas um número no gráfico, é cultura que se está a ser negada à comunidade devido à ineficiência de gestão. Depois de ouvidas algumas explicações para estes atrasos, e pelas razões expostas, exigem que o Executivo apresente na próxima sessão um relatório de recuperação detalhado, credível, e com medidas concretas para minimizar estes atrasos.

----- **Ponto 3: Apreciação, discussão e votação das Grandes Opções do Plano, Proposta de Orçamento, e do Plano Plurianual de Investimentos para 2026.** -----

----- A Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Presidente do Executivo. -----

----- O Presidente do Executivo explicou que as Grandes Opções do Plano resumem as propostas do Executivo e algumas das propostas apresentadas pelas bancadas políticas representadas na Assembleia de Freguesia, ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, com vista à melhoria das condições de vida na população. -----

----- Filipa Porém (IL) questionou se o referido programa “Meeting Jovem”, está regulamentado? Como poderão os Membros da Assembleia valorizar os projetos apresentados pelos Jovens da União de Freguesias? -----

----- O Presidente do Executivo respondeu que sim, que está a ser feito um regulamento que será apresentado para validação da Assembleia de Freguesia. -----



----- O Tesoureiro apresentou o orçamento para o ano de 2026, e colocou-se à disposição dos Membros da Assembleia para esclarecimentos. -----

----- Gonçalo Pereira (PSD) cumprimentou os presentes, e pediu alguns esclarecimentos acerca das Grandes Opções do Plano e orçamento para 2026: Recomendou, que no futuro a apresentação do orçamento tenha mais detalhe, com a dotação ao nível de cada rubrica, para que seja mais transparente e mais claro para quem o vê. -----

Reparou que nas Grandes Opções do Plano, já aparecem os valores da receita, nomeadamente as receitas do Fundo de Financiamento das Freguesias, das transferências de competências da DGAL e das transferências correntes da Câmara Municipal de Leiria, no entanto, era importante que esses valores estivessem discriminados e deu como exemplo a receita 451.855.46€ provenientes da Câmara Municipal. -----

Pediu esclarecimento sobre divergência no montante de 49.800,00€, entre a receita corrente previstas nas Grandes Opções do Plano e a dotação no orçamento. -----

Nas receitas de capital, aparece um valor 1.153.120,63€ provenientes da Câmara Municipal, que também não se sabe a que se destinam, se para o auditório, se são para compra material elétrico, ou se são para outra coisa qualquer. -----

Nas Grandes Opções do Plano verifica-se a diminuição do financiamento por parte da Câmara Municipal, e a possibilidade de novas transferências de delegação de competências, nomeadamente nos SMAS, fogos rurais, parques de resíduos e Proteção Civil. Solicitou esclarecimento, porque parece haver aumento de competências, com a diminuição de verbas. -----

Perguntou qual o impacto financeiro na rubrica das taxas, multas e outras penalidades, entre o regulamento de taxas em vigor e o novo regulamento de taxas, licenças e emolumentos? Porque de acordo com o relatório trimestral que foi disponibilizado, houve um decréscimo na receita de 210,00€. -----

Pediu esclarecimento sobre o acréscimo de 38.650,00€ na despesa com pessoal, em relação ao ano de 2025. -----

Sobre a aquisições de bens e serviços, verificou um decréscimo na ordem dos 73.000,00€ e questionou se todos os contratos de bens e serviços cumprem o disposto no código de contratos públicos, nomeadamente a sua divulgação? Porque dia 19 de dezembro foi à plataforma BaseGov e no ano de 2025 e 2024 não havia nenhum contrato publicitado. --

Pediu justificação para a divergência de 100,00€ entre o Plano Plurianual de Investimentos, e a classe 07 de investimento previsto no orçamento da despesa. -----

Terminou a sua intervenção, pedido esclarecimento sobre a divergência entre o valor de



af

execução do Centro Cultural dos Pousos, que no PPI, que apresenta uma taxa de execução superior a 75% e no relatório de obra de novembro de 2025 apresenta uma taxa de execução de 32%.-----

----- O Tesoureiro esclareceu que a apresentação do orçamento está de acordo com a disposições legais, e que os valores apresentação são uma estimativa.-----

Sobre o acréscimo do valor para os recursos humanos o Tesoureiro informou que, a Junta de Freguesia estava impedida pelo Orçamento do estado de admitir pessoal, mas por necessidade do serviço teve de colocar pessoal, que está a contrato, e vai abrir procedimento para admissão no quadro de pessoal.-----

Sobre o valor das transferências de capital da Câmara, informou que ainda estão a analisar o teor dos contratos Interadministrativos nas vias dos SMAS, Proteção Civil, e implementação de parques de resíduos (existe um nos Pousos). Informou também que estão a negociar com a Câmara os valores imputados à gestão dos Pavilhões Gimnodesportivos porque são insuficientes. Deu conta do destino dos 259.000,00€ anuais transferidos pela DGAL. Informou que recebem da Câmara, dos contratos Interadministrativos, 166.000,00€ para limpeza das ruas, 63.000,00€, mais 8.000,00€ para equipamento para reparação das vias dos SAMS, 15.000,00€ para a toponímia, 270.000,00€ para as obras diversas (telhado das Cortes e o campo da Barreira), 40.000,00€ para o viver Leiria, que consiste na melhoria de jardins, mobiliário urbano e para as letras com o nome da Freguesia, 57.000,00€ para a Proteção Civil, 72.000,00€ para a manutenção das unidades de saúde, 98.000,00€ para o Pavilhões Desportivos, e 10.000,00€ para o parque de resíduos. -----

Informou ainda, que recebem da Câmara Municipal, o apoio de 57.000,00€ para atividades da Junta de Freguesia, o passeio dos idosos, os torneios de futsal e tasquinhas. Nos apoios a Câmara comparticipa 85% do valor e a Junta suporta os restantes 15%. Nas despesas de capital recebem um apoio de 314.000,00€. -----

----- A Presidente da Assembleia perguntou se alguém se oponha à votação dos pontos 3, 4, 5, 6, 7 e 8, serão votadas em minuta? Sem qualquer oposição, a votação dos pontos 3, 4, 5, 6, 7 e 8 em minuta foi aprovada por unanimidade. -----

----- A Presidente da Assembleia colocou a votação o **Ponto 3: Apreciação, discussão e votação das Grandes Opções do Plano, Proposta de Orçamento, e do Plano Plurianual de Investimentos para 2026**, que foi aprovado por maioria com 12 votos a favor do PS e IL e sete abstenções do PSD e CH. -----



----- **Ponto 4: Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal para 2026**, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a discussão. -----

----- Sem pedidos de esclarecimentos, o **Ponto 4: Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal para 2026**, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto 5: Apreciação, discussão e votação do Regulamento de Taxas e Licenças**, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a discussão. -----

----- Filipa Porém (IL) apresentou a sua declaração de voto, que fica apensa a esta ata.

----- Patrícia Brites (CH) mencionou a duplicação do art.º 11.º e a ausência dos critérios de “carência económica”. Esclareceu que esta lacuna pode levar os cidadãos a impugnar a decisão se não estiverem descritos os critérios. -----

----- A Presidente da Assembleia sugeriu que se mantenha a redação do regulamento em vigor. -----

----- A sugestão foi aceite por unanimidade. -----

----- Manuel Pereira (PS) denunciou a disparidade de valores entre os Cemitérios da União de Freguesias, as taxas dos Cemitérios da Barreira e das Cortes, são 45% mais caras que nos restantes Cemitérios da União de Freguesias. -----

----- O Tesoureiro do Executivo esclareceu que essa divergência de custos se deve aos diferentes equipamentos e por isso têm de ter taxas diferentes. E deu um exemplo, nos gavetões da Barreira e Cortes, o corpo é inumado em caixão de madeira, nos Pousos e Vidigal tem de ser obrigatoriamente num caixão de chumbo, para evitar mau cheiro. Os gavetões da Barreira e Cortes são mais modernos têm um sistema de ventilação cuja manutenção dos filtros custou recentemente 5.000,00€. Concluiu que os valores não podem ser iguais~, porque os custos de operacionalização também não são iguais. -----

----- A Presidente da Assembleia colocou a votação o **Ponto 5: Apreciação, discussão e votação do Regulamento de Taxas e Licenças** a votação, e foi aprovado por maioria, com 11 votos a favor do PS e do CH, 6 abstenções do PSD e do IL, e 2 votos contra do PS. -----

----- **Ponto 6: Apreciação, discussão e votação do Regulamento dos Cemitérios da União de Freguesias**, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a discussão. -----

----- Filipa Porém (IL) perguntou se a taxa de trasladação prevista no artigo 34, está prevista no regulamento de taxas? -----

----- A Secretária do Executivo, respondeu que sim. -----

----- Sem mais pedidos de informação, a Presidente da Assembleia colocou o **Ponto 6: Apreciação, discussão e votação do Regulamento dos Cemitérios da União de Freguesias**, tendo sido aprovado por unanimidade. -----



CA

----- **Ponto 7: Apreciação, discussão e votação do Regulamento de Apoios**, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a discussão. -----

----- Sandra Gago (PSD) cumprimentou os presentes e fez a sua intervenção, que fica apenas a esta ata (anexo 4). -----

----- A Presidente da Assembleia recordou que já existe um Regulamento em vigor, e que esta proposta visa cumprir algumas formalidades legais de encontro à atribuição de apoios e deu a palavra ao Presidente do Executivo. -----

----- O Presidente do Executivo confirmou que já existe um Regulamento de Apoios, mas há a necessidade de fazer alguns ajustes. -----

----- A Secretária do Executivo esclareceu que pela informação que dispõe, nenhuma entidade ficou sem apoio. Disse ainda que a intenção da Junta de Freguesias, é facilitar o acesso aos apoios, partilhar o regulamento com todas as associações, apoiar se necessário, a entrega das candidaturas, deixando assente que aos recursos financeiros da Junta de Freguesia não são ilimitados. -----

----- Depois da discussão sobre o assunto, o Presidente do Executivo propôs a criação de um grupo de trabalho com todas as bancadas partidárias representadas na Assembleia de Freguesia, para elaborarem a redação do Regulamento de apoios e trazerem numa próxima sessão da Assembleia para apreciação. -----

----- Depois da proposta do Presidente do Executivo, a Presidente da Assembleia, colocou a votação a retirada do Ponto 7, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto 8: A União de Freguesias receber a doação de um instrumento musical.** -----

----- A Presidente da Assembleia explicou que a professora da SAMP, a Sr.^a Yumiko Pereira, tem intenção de doar à União de Freguesias um piano, para futuramente integrar o Auditório dos Pousos, e colocou o assunto a apreciação. -----

----- Sem pedidos de esclarecimento, a Presidente da Assembleia colocou o **Ponto 8: A União de Freguesias receber a doação de um instrumento musical**, a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Pelas 00h20m, não havendo mais assuntos a tratar a Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão. -----



União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes
Assembleia de Freguesia

----- Para constar e para os devidos efeitos vai ser lavrada a ata que depois de aprovada vai ser assinada pela Presidente da Assembleia e por Isabel Sousa que a redigiu nos termos do art.º 50 n.º 2 do Regimento da Assembleia da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes. -----

A Presidente da Assembleia
Cláudia Ferreira

A Redatora
Isabel Sousa

VOTO DE PESAR

A Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento do Sr. **João Quinta Bernardes (Jota)**, ocorrido no dia 7 de dezembro de 2025 aos 83 anos de idade.

João Quinta Bernardes nasceu a **24 de março de 1942**, no lugar do **Sobral**, da então freguesia da Barreira, atual União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, sendo filho de **Francisco Bernardes** e de **Maria Quinta**.

A **10 de maio de 1969** casou com **Maria da Encarnação Antunes Frazão Quinta Bernardes**, com quem constituiu família e fixou residência no Sobral até 1974.

Ao longo da sua vida profissional, foi funcionário da **Câmara Municipal de Leiria**, onde desempenhou funções como motorista de vários Presidentes do Município, entre os quais **Carlos Pimenta** e **Lemos Proença**, pautando sempre a sua atuação por elevado sentido de responsabilidade, discrição e dedicação ao serviço público.

Em meados da década de 1980, após um período de licença sem vencimento, decidiu deixar a função pública para se dedicar inteiramente à restauração, criando o emblemático **Restaurante Jota**, e à produção vinícola na **Quinta do Pinhal Verde**.

João Quinta Bernardes teve igualmente uma intensa e meritória participação cívica e associativa. Exerceu funções na **Casa do Povo da Barreira**, integrou a Assembleia de Freguesia da **Junta de Freguesia da Barreira** e, à data do seu falecimento, desempenhava o cargo de **Presidente da Assembleia da BARDEC – Barreira Associação de Recreio, Desporto e Cultura**, evidenciando um contínuo compromisso com a comunidade local.

Merece igualmente destaque o seu permanente e generoso empenho ao serviço da freguesia e da paróquia da Barreira, evidenciado, entre outros momentos, no contributo prestado durante a construção do Salão Paroquial, bem como na intervenção relevante que teve junto da Câmara Municipal de Leiria para a aquisição do Jardim do Visconde de Barreira património de reconhecido e elevado valor histórico e cultural para a freguesia e para o concelho.

Figura incontornável da Barreira, João Quinta Bernardes foi um dos grandes responsáveis por projetar o nome da terra a nível nacional e internacional. A sua forma singular de acolher, o sorriso franco e genuíno, e a excelência do **Restaurante Jota** tornaram-no uma referência incontestável, sendo muitas vezes impossível dissociar o nome “Jota” da Barreira.

Prova disso é a consagração do “**Bacalhau do Jota**” como expressão do *Dicionário Leiriense-Português*, publicado na revista *Preguiça Magazine*, cujo reconhecimento traduz a marca cultural e gastronómica que deixou na região.

Assim, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes presta justa homenagem à memória de **João Quinta Bernardes**, reconhecendo o seu percurso humano, profissional, cívico e associativo, bem como o legado duradouro que deixa à sua terra e às suas gentes.

A Assembleia de Freguesia delibera ainda apresentar à família enlutada, em especial à sua esposa e demais familiares, as mais sentidas condolências, expressando solidariedade neste momento de profunda dor.

COMPROMISSO DE HONRA

*Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente, pela minha honra,
que cumprirei com lealdade, as funções que me são confiadas.*

Pousos, 22 de dezembro de 2025

Gonçalo José Ribeiro Pereira

Gonçalo José Ribeiro Pereira

Declaração de Voto – Ponto 5

Exmo. Senhores,

A análise da Iniciativa Liberal assenta num equilíbrio entre a racionalidade económica e a responsabilidade social. Saudamos a introdução de fórmulas matemáticas para o cálculo das taxas, um passo que consideramos fundamental para a transparência e para a boa governação.

Reconhecemos igualmente o pendor social do regulamento, nomeadamente a manutenção e clarificação das isenções para cidadãos em situação de carência económica, pessoas com deficiência e instituições de utilidade pública. Estes fatores impedem um voto contra da nossa parte.

Contudo, a nossa posição não pode ser a favor deste regulamento.

O aumento generalizado de taxas em serviços administrativos básicos representa uma sobrecarga injustificada para o cidadão. Conforme consta na página 1 do Balancete apresentado no ponto 2, na rubrica de Serviço de Expediente a Junta arrecadou 20.393€ o que representa 95% do orçamentado para o ano de 2025. Isto demonstra que as taxas atuais são mais do que suficientes para financiar o serviço, tornando os aumentos propostos neste Ponto 5 um fardo desnecessário para o contribuinte.

Também a taxa de urgência, com agravamento de 100% para emissão em 24 horas, é manifestamente excessiva e desproporcional.

Observamos uma incoerência grave: enquanto a Junta propõe aumentar as taxas, o plano de investimentos prevê apenas 12 mil euros para o setor da informática.

Num mundo digital, a automatização serve para baixar custos. Se a Junta apostasse seriamente na modernização administrativa, o custo de emitir um atestado ou uma licença cairia drasticamente. Ao não investir em tecnologia, a Junta está a condenar o cidadão a pagar pela sua própria ineficiência. Em vez de modernizar para baixar a taxa, a Junta prefere manter processos antigos e passar a fatura ao contribuinte. Para a Iniciativa Liberal, isto é inaceitável.

Em suma, apoiamos a transparência e a proteção social, mas não podemos validar o aumento da carga fiscal nem a falta de visão estratégica.

Pelo exposto, a Iniciativa Liberal abstém-se.

Leiria, 22 de dezembro de 2025



Filipa Falcão Porém

Iniciativa Liberal

**Senhor Presidente da Assembleia,
Senhores Membros do Executivo,
Senhoras e Senhores Deputados**

Estimados Concidadãos

Discutimos hoje um regulamento que deve ser o motor da vida associativa da nossa União de Freguesias. Um documento que deve reforçar a coesão social, apoiar quem trabalha no terreno e dar previsibilidade às associações que mantêm viva a nossa identidade local.

O movimento associativo é a espinha dorsal deste território. São as associações, as coletividades, as IPSS, as comissões de festas e os grupos informais que garantem cultura, desporto, apoio social e convívio comunitário. Um Regulamento de Atribuição de Apoios não é apenas um instrumento jurídico: é um compromisso político com estas pessoas que tanto dão e contribuem para o território.

O documento que hoje discutimos tem virtudes. Reconhecemos a necessidade de enquadrar juridicamente os apoios, de garantir transparência e de proteger o interesse público. Esses princípios são importantes e o PSD não os contesta, pelo contrário.

No entanto, o regulamento apresenta fragilidades que devem ser corrigidas.

Desde logo, estamos perante um texto que replica quase integralmente o regulamento municipal, o PROLeiria. Esta municipalização das regras da freguesia desconsidera a sua missão de proximidade. Exigir a uma pequena comissão de festas o mesmo nível de burocracia que se exige a uma grande instituição é desproporcional e injusto.

Uma freguesia deve simplificar, não complicar. Deve apoiar, não afastar.

1. Primeiro grande obstáculo: **a barreira da formalidade.**

O regulamento exclui, à partida, todas as entidades que não estejam legalmente constituídas, as informais. Exige estatutos, atas, registos, mesmo para apoios de pequena escala ou logísticos, afastando à partida entidades informais como comissões de moradores e iniciativas comunitárias e associativas que dão vida a territórios de menor dimensão e mais afastados dos centros de decisão. Não existe qualquer regime transitório, nem apoio à formalização. Sem legalização, o acesso a apoios é simplesmente cortado.

Perguntamos: O executivo conhece a realidade do território? Quantas são estas organizações? Quantas são as que ficarão impedidas de aceder aos apoios e qual o impacto que este regulamento terá na sua sobrevivência e na sustentabilidade dos projetos que desenvolvem em prol do bem estar e qualidade de vida das populações da UF?

2. Outro ponto crítico prende-se com os **prazos.**

Fixar o prazo de candidaturas até 30 de abril obriga as associações a só poder investir, no limite, a partir de Maio ou a avançar com despesas desde 1 de janeiro sem garantia de apoio e sem clarificação sobre a elegibilidade dessas despesas. Isto cria insegurança financeira e risco de, em sede de auditoria, virem a ser considerados ilegais. A exigência de 60 dias de antecedência para apoios logísticos é igualmente desajustada da realidade local e a vida associativa não se compadece com este grau de rigidez administrativa.

Questionamos ainda o executivo como é decidido o valor de apoios a atribuir aos organismos e entidades sem conhecer previamente as necessidades e atividades previstas destas para o ano seguinte, uma vez que as candidaturas acontecerão após aprovação de Orçamento Anual da UF?

3. Acresce a **opacidade e subjetividade nos critérios de avaliação**. O regulamento fala em qualidade artística, impacto social e público potencial, mas não define qualquer matriz de ponderação, nem escalas de avaliação (Muito Insuficiente, Suficiente ou Muito Bom) – simplesmente não há, ou não são públicas, Grelhas de Mérito - para avaliação dos critérios gerais ou específicos de cada área intervenção. Também não se percebe se o elevado número de critérios é cumulativo. Sem critérios objetivos e públicos, a decisão torna-se subjetiva, pouco transparente e politicamente vulnerável, uma vez que a decisão será tomada de forma qualitativa por parte do Presidente da UF, penalizando sobretudo as associações mais pequenas e os projetos de maior impacto social, mas com menor dimensão. Um projeto com 30 pessoas com deficiência pode ter um impacto social muito maior do que um evento com centenas de espectadores.

4. Um outro ponto é a **falta de indicadores estratégicos**. Uma decisão sem matriz de ponderação é considerada arbitrária. Os critérios de seleção devem ser públicos e objetivos antes do concurso abrir. Ao remeter indicadores para decisões anuais posteriores (Art. 19.º), o Executivo retém um poder discricionário que impossibilita o controlo democrático e a equidade.

Questionamos: Como podem as associações candidatar-se com rigor se não

conhecem os indicadores e objetivos estratégicos da Junta antes de planearem o investimento e estratégia? Quais são os indicadores? Estão já definidos? Quando serão publicados?

5. Por fim, a **penalização desproporcional prevista** — até cinco anos — é uma medida cega e desproporcional, desmotiva a participação cívica e pode condenar associações à morte institucional, mesmo após a renovação das direções. Isto fragiliza o tecido associativo. No Direito Administrativo, as sanções devem ser proporcionais e justas. Este regulamento não o garante.

6. Há ainda pontos que nos suscitam dúvidas, como
 - a) Quais **as regras de assinatura para Contratos Programa ou Protocolos**, tanto para apoios financeiros como não financeiros, pontuais, novos, de continuidade ou crescimento, uma vez que o ponto 2. do artº 10º refere que *'os apoios concedidos poderão ser concedidos mediante a celebração de protocolos ou contratos programa'*, mas não define as regras de aplicação. E ainda *'... mesmo que o processo não tenha sido precedido de celebração de protocolo ou contrato programa'* (ponto 2, artº 20º)
 - b) No caso de **apoios para obras de construção**, conservação ou beneficiação quais as regras relativamente a instalações próprias, arrendadas, comodato?
 - c) O montante **do apoio não poderá exceder 50% do orçamento** total do projeto, atividade ou iniciativa. Questionamos, quais eram as regras de apoio anteriormente a este regulamento? Esta percentagem constitui uma novidade para as organizações que já recebiam apoios, isto porque pode mudar paradigmas destas.
 - d) Nos **apoios á área desportiva**, preocupa-nos que, numa realidade de freguesia, esteja em causa a redução ou perda de apoios para clubes ou organizações mais

pequenas, mas que têm um impacto significativo para o território onde se inserem (bem estra, qualidade de vida, inclusão) simplesmente porque não têm o suficiente 'número de praticantes ou atletas federados' ou ainda 'capacidade de captação de novas práticas desportivas e taxa de crescimento do número de praticantes nos últimos 5 anos' ou ainda 'mérito desportivo'. Isto não representa uma política de proximidade, extensível a todo o movimento associativo ou parceria.

Senhoras e Senhores Deputados,

Defendemos

1. À criação de um **regime simplificado** e desburocratizado para grupos informais.
2. **Apoio à formalização** de candidaturas e / ou capacitação e período transitório.
3. Desenho de uma **Matriz de Ponderação de Mérito** objetiva e pública.
4. A Divulgação atempada dos **indicadores** anuais face aos objetivos estratégicos.
5. A garantia de **elegibilidade de despesas** desde 1 de janeiro ou a alteração para o 4T do ano anterior.
6. A revisão da penalização de 5 anos para salvaguardar a **renovação das direções**.

Este Partido entende que o regulamento precisa de correções significativas de fundo para cumprir verdadeiramente uma política de proximidade. Reconhecemos a intenção do Executivo, mas não podemos ignorar os riscos e injustiças que o texto, tal como está, comporta.

Notas ao ponto 7 da Assembleia de Freguesias realizada a 22 de dezembro
Bancada PSD
Sandra Matos Gago

Por essa razão, não votaremos contra. Mas também não podemos votar favoravelmente um regulamento que exclui, burocratiza e cria insegurança no movimento associativo.

A nossa posição é de **abstenção responsável**, com abertura total para trabalhar na melhoria deste regulamento, em sede de revisão, para que a Junta de Freguesia seja um verdadeiro parceiro das associações e não apenas um fiscalizador administrativo.

É esse o compromisso que assumimos com o território. Obrigada.

Disse

Sandra Matos Gago | PSD | AF
22.12.25